

VALIM, Ana. **A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)**. NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação. São Paulo, 2020, 220 páginas.

Prefácio

CICILIA M. KROHLING PERUZZO*

Os centros de documentação de materiais informativos produzidos por grupos populares, associações e movimentos sociais, como o Centro de Pastoral Vergueiro (CPV), posteriormente denominado Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), e o Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel Paulista (CEMI) guardam a memória dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 80, um período histórico ímpar no Brasil, o qual nos remete à capacidade de resiliência da sociedade civil e faz pensar na força que a utopia pode desempenhar na formação das identidades culturais de uma parte da população.

É um período histórico ímpar porque retratou formas de resistência de segmentos organizados das classes subalternizadas ao silenciamento político imposto pela ditadura militar (1964-1985) e, ainda, porque almejou equacionar os problemas decorrentes do empobrecimento crescente de grandes contingentes populacionais devido as graves contradições de classe, além de reivindicar os direitos de organização popular e de participação política. Por outro lado, concebo utopia na perspectiva de Thomas More (1478-1535), como um ideal de sociedade, embora seja um “lugar” inexistente¹. Ou seja, tomo a utopia como um valor que

aponta para as venturas do

futuro, como um desejo compartilhado por um mundo melhor – justo e igualitário – que pode ser construído aos poucos e por meio da participação efetiva do/as cidadã/os. Foi esse sonho identitário que fez tanta gente se unir e lutar por mudanças na sociedade brasileira ainda num contexto de pleno cerceamento das liberdades democráticas. Portanto, se no nível do senso comum utopia é tomada como um sonho irrealizável, ela pode ser um sonho passível de tornar realidade, se sonhado coletivamente.

Como mostra Ana Valim neste livro intitulado “**A comunicação popular na construção e preservação da memória das lutas populares no Brasil (décadas de 1970 e 1980)**”, que ora prefacio, o contexto no qual as lutas populares se tornaram forças de resistência organizadas que ajudaram na derrocada da ditadura militar foi de greves, principalmente dos metalúrgicos, passeatas, manifestações públicas, ocupações de terra na cidade e no campo, e de um reposicionamento das igrejas cristãs inspiradas na Teologia da Libertação. Os atores coletivos desenvolveram formas próprias de



* Professora da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

¹ MORE, Thomas. **Utopia**. Brasília: Editora da UnB, [1516] 2004.

organização e assim foram surgindo os movimentos populares e dos trabalhadores sindicalizados – na figura das oposições sindicais na cidade e no campo, como por exemplo o movimento Oposição Metalúrgica em São Paulo. É a época do fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das pastorais sociais da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as das Juventudes: Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Agrária (JAC), a JEC dos estudantes secundaristas, a JUC dos universitários e a Juventude Independente Católica (JIC), e da Comissão de Justiça e Paz e dos Clubes de Mães, entre outros. Os movimentos populares se formam a partir de problemáticas humanísticas no mundo urbano e rural, como o acesso à terra, o direito à moradia, contra os loteamentos clandestinos, movimentos nos bairros por equipamentos de saúde, saneamento básico, escolas e creches, movimento dos desempregados etc. As oposições sindicais recriaram os sindicatos de trabalhadores, até então sob o controle patronal e desfavorável aos interesses dos trabalhadores, cujo movimento desencadeou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Havia efervescência no campo político partidário com o realinhamento de partidos de esquerda e criação em 1980 do Partido dos Trabalhadores (PT). Nas universidades havia ebulição pela intensificação de atividades de extensão e de pesquisa comprometidas com as mudanças sociais. Foi também uma época de criação de centros de educação

popular, institutos e associações similares² que atuavam no apoio aos movimentos populares por meio da formação de lideranças, da pesquisa e da assessoria técnica – de comunicação, jurídica, de arquitetura urbana, análises econômicas e sociais e assim por diante. Alguns desses coletivos incluíram o trabalho de documentação, ou seja, criação de sistemas de informação, como é o caso do CPV (1973-2019) e do CEMI (1983-1992), os centros de maior longevidade no âmbito da comunicação, entre os que surgiram nessa época.

A atuação destes centros quando de sua criação e nos anos seguintes foi de suma importância, tanto no sentido do apoio político aos movimentos sociais quanto no envolvimento em atividades concretas na linha da organização de base, na formação de lideranças e na confecção de materiais de comunicação (sonoros, audiovisuais, boletins informativos, cartilhas, pequenos jornais etc.) e, ainda, na documentação destes materiais. Neste último aspecto, a maior contribuição foi do CPV, objeto principal deste livro, até pelo maior período de existência e pela preocupação demonstrada na guarda e preservação da memória. Apesar da crescente falta de apoio institucional das igrejas que lhe deram sustentação no início, o CPV foi mantido e seus documentos preservados em papel, áudio, vídeo etc. e, em parte, digitalizados³ graças à dedicação e esforço pessoal de algumas de suas lideranças⁴. Como forma de garantir sua permanência, manutenção e

² Vale registrar centros e institutos como a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social), o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), ISER (Instituto de Estudos da Religião), CEBRAP (Centro Brasileiro de Planejamento), IBAM (Instituto de Administração Municipal) entre muitos outros que funcionaram em diferentes estados da federação.

³ Grande parte está disponível para acesso gratuito no seguinte endereço: <http://www.cpvsp.org.br/>

⁴ Não é caso do CEMI, que cessou suas atividades em 1992, e houve extravio da maior parte do acervo devido a fatores ainda não bem esclarecidos.

disponibilização para acesso público, o acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CVP) foi definitivamente doado em 2018 para o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) mantido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), uma instituição pública em condições de zelar pelo acervo.

Os documentos deste acervo podem se converter em fonte para dezenas de dissertações de mestrado e teses de doutorado, livros e artigos científicos. Tem o potencial imenso de ajudar a explicar um processo histórico constituído por um conjunto de forças políticas formadas a partir das bases da sociedade que protagonizaram inovações e contribuíram para mudar o Brasil. Ajudaram o País a sair do regime político de exceção, ditatorial e opressivo em todos os sentidos – do político ao econômico e social, e a instituir a democracia – inclusive por meio de um processo constituinte com ampla participação da sociedade civil que resultou na nova Constituição de 1988, e criação de organismos civis e outros canais autônomos de participação, tanto na sociedade civil quanto em instâncias governamentais e na sociedade política.

Essa memória é uma demonstração de que a sociedade civil mobilizada em torno de objetivos comuns direcionados à constituição da justiça e ampliação dos direitos de cidadania é capaz de revolucionar o cotidiano e as políticas públicas de modo a estabelecer bases de um futuro com dignidade para toda/os.

Preservar a memória histórica das lutas populares significa não só preservar a

história das classes subalternas, em geral, menosprezada ou omitida pelos registros oficiais no olhar das classes dominantes, mas disponibilizar informações de modo a servir de inspiração para as lutas do presente e futuras, pois estas nunca cessam sua atualidade pois muitas das demandas permanecem vivas. Significa também a possibilidade de aprofundar teoricamente sobre a práxis da comunicação popular e alternativa⁵, a expressão comunicacional dos segmentos organizados das classes subalternizadas no seu processo de mobilização em torno das reivindicações dos direitos de cidadania e melhoria das condições de existência e de participação política no conjunto da sociedade.

Por outro lado, depois de tantas conquistas e avanços democráticos a partir dos anos 1980 decorrentes da participação ativa de muitos protagonistas da sociedade civil e política, é difícil conviver em plena segunda metade do século XXI com os retrocessos políticos e administrativos em curso desde 2019. Cabe perguntar pelas causas desse fenômeno. Cabe perguntar se a memória das lutas populares dos anos 1970 e 80 contém algum foco de luz para indicar caminhos para superação de tantos antagonismos que perduram na atualidade e para a constituição de novos processos de conscientização-organização-ação populares.

A contribuição do acervo do CPV está para ser avaliada em sua plenitude. O material está preservado, contém mais de

⁵ Para estudo da comunicação popular dessa época ver: PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Vozes, 2004. 342 p. A versão

completa deste livro está disponível para acesso gratuito em: http://www.4shared.com/office/hIItKg_o/CO_MUNICAO_NOS_MOVIMENTOS_POPUL.htm

100 mil documentos⁶, entre pequenos jornais, livros, panfletos, atas, fitas em áudio, vídeos etc., que memoriza a história das lutas populares dos anos 1970 e 80, um acervo disponível para consulta dos pesquisadores e ativistas interessados. Mas, a dissertação de mestrado de Ana Valim, agora transformada em livro, dá um grande passo nesse sentido. Além de dizer, olhe, existe um sistema de informação que disponibiliza uma imensa gama de documentos, ela analisa os conceitos e as visões da comunicação popular e alternativa, aquela processada no calor do contexto dos movimentos populares e sindicais da época, mas também averigua o papel e os antagonismos no interior da igreja católica que, se por um lado, possibilitaram a criação de organismos como o CVP e do CEMI, por outro, e depois de certo tempo dificultaram a prosperidade dos mesmos. Realiza essa empreitada não só com base em bibliografia e pesquisa documental, mas com o auxílio de protagonistas desse movimento social que acompanharam o percurso histórico dos centros de documentação enfatizados na pesquisa. Uma contribuição para ampliar a memória do CPV, importante por proporcionar o acesso público a tantos documentos, é a memória verbalizada

construída por Ana Valim ao reunir os depoimentos de pessoas que vivenciaram a práxis dos movimentos sociais da época, os quais foram colhidos mediante entrevistas na modalidade história oral, cujos fragmentos estão documentados neste livro.

As fotografias desses protagonistas que aparecem no fim do livro trazem lembranças vivas de um tempo histórico e da história de vida de pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade digna, capaz de zelar pela dignidade humana, ambiental e social. Afinal, vidas humanas contam e requerem cada vez mais seu reconhecimento social e pelo Estado. Se pessoas como as que me refiro existem e ajudaram a escrever a história das lutas populares cívicas de um certo período histórico no Brasil, é sinal de que uma nova cultura civilizatória é possível de ser construída. As pessoas vivem utopias e as utopias miram um mundo do *nós*, do *nosotros*. La cultura do *nosotros* já é realidade na cosmovisão maya-tojolabal⁷.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020

⁶ Estes estão assim classificados: a) **Documentos textuais**: artigos, convocatórias, atas, boletins, cartas abertas, circulares, correspondências, folders, teses, resoluções de encontros, congressos, pautas, convites, filipetas, bônus, denúncias, folhetos, projetos, análises, moções, propostas, relatórios, peças de teatro, músicas etc. b) **Documentos hemerográficos**: clippings de jornais, periódicos e dossiês temáticos. c) **Documentos bibliográficos**: livros, teses, dossiês temáticos, cadernos de formação, cadernos populares, cordéis etc. d) **Documentos iconográficos**: conjuntos de eslaides (material pedagógico e de animação de reuniões), eslaides

avulsos temáticos, fotografias, adesivos, cartazes e charges. e) **Documentos filmográficos**: filmes e documentários. f) **Documentos sonoros**: fitas cassetes com gravações de eventos, entrevistas e depoimentos, programas de rádio, radionovelas, discos e CDs. g) **Documentos tridimensionais**: broches, camisetas, bandeiras e flâmulas. Fonte: <http://www.cpvsp.org.br/acervo.php>

⁷ Ver LENKERSDORF, Carlos. **Los hombres verdaderos**: voces y testimonios tojolabales. 5.ed. Ciudad de México / Buenos Aires / Madrid: Siglo XXI, 2008.



ANA VALIM é jornalista, mestra em Comunicação Social, com atuação na comunicação dos movimentos sociais, sindicais, pastorais (Operária e dos Migrantes), organizações não-governamentais e do terceiro setor. São quase 40 anos de atuação jornalística, em sua maioria, dedicados à Comunicação Popular. Autora de «Migrações: da perda da terra à exclusão social», Ed. Atual/Saraiva, 1996, 11ª edição; «Virgílio Gomes da Silva – Direito à Memória e à Verdade», publicado pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo, 2009; «A Luta faz a história», publicado pela Subsede da Apeoesp – São Bernardo do Campo, 2016; «Moradia em movimento – Experiências de Luta», Dialógica Editora, 2018; coautora, com Roberto Baraldi, de «50 Anos de Luta», editado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires, 1984; coautora com Aldo Santos: «Vila Lulaldo: Da lei do barbante à Regularização Fundiária», Dialógica Editora, 2013; coautora com Anizio Batista: «Anizio Batista: da roça a Rousseau – Trajetória que fez a diferença na organização dos trabalhadores», Haikai Editora, 2018.